

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

CONSELHO SUPERIOR

ATA N.º 02/2013

1 Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e seis do mês de março de dois mil e
2 treze, no auditório do *campus* Camaquã, teve início a reunião do Conselho Superior do
3 IFSul, presidida pelo presidente, professor Antônio Carlos Barum Brod e com a presença
4 dos conselheiros Adão Antônio de Souza Júnior, Alexandre Luiz de Souza Nunes,
5 Alexandre Pitol Boeira, Ana Maria Geller, Carina Mendes, Carlos Cardoso da Costa e
6 Silva Júnior, Cíntia Goulart Teixeira Gomes, Cristian Oliveira da Conceição, Daiani
7 Luche Dorow, Daniel Almeida Hecktheuer, Danielle Schweickardt, Diego Zurawski
8 Saldanha, Diogo Rochedo Guahyba, Douglas Pinho de Ávila, Edison Schuch, Flávia
9 Lopes Solari, Francilon Lima Simões, Francisco Carlos Gonçalves Brongar, Gabriel
10 Rodrigues Bruno, Janete Otte, José Carlos Pereira Nogueira, Júlia Roberta Sehn, Laura
11 Clarice Soares de Oliveira da Rosa, Leonardo Campos Soares, Luciana Neves Loponte,
12 Mack Léo Pedroso, Marcelo Lopes Cairuga, Michele Vollrath Bento, Nei Jairo Fonseca
13 dos Santos Júnior, Osni da Costa Rodrigues, Renato Mazzini Callegaro, Rogério Coelho
14 Guimarães, Vitor Hugo Borba Manzke e Vitor Gonçalves Dias. Presentes também a
15 secretária Berenice Mattos da Silva, os pró-reitores Marcos André Betemps Vaz da Silva,
16 Manoel José Porto Júnior e Ricardo Pereira Costa, o pró-reitor adjunto Mauro André
17 Barbosa Cunha e os servidores Marcelo Bender Machado, Marilvana Giacomelli Tavares,
18 Rafael Blank Leitzke e Stela Marina Nunes de Castro. Após cumprimentar os presentes e
19 agradecer a acolhida à diretora-geral do *campus* Camaquã e desejar-lhe sucesso na
20 função, o presidente Antônio Brod deu **posse aos novos conselheiros**, que assinaram o
21 Termo de Posse correspondente; continuando, disse que o processo de nomeação do novo
22 reitor já está na Casa Civil e que, provavelmente, a próxima reunião será dirigida pelo
23 novo presidente; pediu que sua fala fosse registrada em ata: salientou o respeito às
24 decisões tomadas pelo Conselho, mas considerou não haver impeditivo para que sejam
25 colocadas preocupações em casos específicos, como a decisão tomada na última reunião
26 do CONSUP, de que as reuniões do mesmo seriam itinerantes; disse não ter nenhum
27 óbice à questão itinerante, mas a sua preocupação é por serem todas as reuniões fora de
28 Pelotas, sem qualquer intervalo que contemple a cidade. Salientou que a preocupação tem
29 dois motivos básicos: um de cunho operacional e outro de cunho político. O operacional
30 se refere ao volume do custo para o deslocamento de Pelotas, que nesta reunião mais de
31 vinte pessoas se deslocaram da cidade, o que acarreta, além de servidores, motoristas,
32 veículos e diárias. O motivo político se relaciona ao fato de que as pessoas ficam muito
33 tempo afastadas das suas funções, que reitores e pró-reitores ficam dois dias longe do
34 trabalho em seus gabinetes, e que esse tempo aumenta para até quatro dias se o local da

Vitor

35 reunião for mais longe de Pelotas. Manifestou que essa manifestação visa à possibilidade
36 de uma conciliação, talvez alternado *campus*/Pelotas/*campus*/Pelotas, o que ajudaria na
37 minimização dos dois problemas mencionados. Disse que não abriria discussão sobre o
38 assunto, mas precisava alertar os conselheiros sobre o mesmo; que o aumento no número
39 de *campi* agravaria o problema; ratificou a necessidade de o Conselho repensar na
40 intercalação de locais, ou em outra solução, talvez realizando reuniões nos *campi* em
41 datas mais específicas ou comemorativas do *campus* ou da região, a fim de que o assunto
42 volte à pauta em outra ocasião para ser definido. A seguir, submeteu à votação a **ata n.º**
43 **01/2013**, que foi aprovada com apenas uma abstenção. Dando continuidade, a pró-reitora
44 de Administração e de Planejamento, Denise Bonow, e a servidora Ana Paula Nogueira e
45 Silva apresentaram o **Relatório de Gestão 2012**. A pró-reitora Denise Bonow explicou
46 que o Relatório foi elaborado com base nas informações encaminhadas pelos *campi*, pró-
47 reitorias, diretorias sistêmicas, assessorias e auditoria interna; que os principais aspectos
48 abordados são a execução orçamentária, a execução do planejamento estratégico, plano
49 de ação e de metas e os indicadores. Sobre os indicadores, salientou que em 2011 a
50 SETEC começou a trabalhar com a sua padronização, aprimorados em 2012, e que a
51 novidade no relatório deste ano são os indicadores informados pela própria SETEC, que
52 nomeou comissão para trabalhar os dados, posteriormente avaliados pelos *campi* e
53 reitoria. O conselheiro Adão Souza Júnior disse que atualmente o único relatório oficial à
54 disposição dos conselheiros é o de Gestão, que é anual; que os relatórios da instituição,
55 até 1999, com exceção de dois anos, permitiam levantar a quantidade de alunos por curso,
56 sobretudo os presenciais, havia tabelas de alunos inscritos nos processos, de alunos
57 matriculados, aprovados e número de vagas ofertadas e que para o Conselho não
58 interessam os índices. Defendeu a existência detalhada dos dados e referiu-se à tabela
59 117, com indicadores calculados com base em acórdão de 2005, que é visão externa à
60 instituição; que o Conselho tem que entender o que acontece; que se houver histórico, é
61 possível ver a oscilação dos dados ao longo do tempo e identificar e buscar sanear as
62 causas de quedas de procura em determinados cursos. A pró-reitora Denise Bonow
63 salientou que a grande defasagem este ano deve-se ao fato de a SETEC ter considerado
64 matriculados em curso mais matriculados finalizados, com ou sem sucesso. Resumiu,
65 dizendo que, com os indicadores apresentados não há as mínimas condições de avaliar;
66 que é muito difícil conseguir acesso aos dados; que deve ser mantido um documento
67 oficial com os dados históricos, disponível à gestão e aos conselheiros, para que possa ser
68 conhecida e visível a realidade dos cursos; que não se refere apenas a este item, mas a
69 todos os demais do relatório. Propôs a inclusão das tabelas com histórico, mesmo sendo
70 como anexo. A pró-reitora Denise Bonow reforçou que a confecção do relatório atende às
71 normas do TCU, que até 2011 havia as tabelas e que a retirada das mesmas não teve
72 intenção de não ser transparente, mas de atender à legislação; que quando recebeu a
73 demanda do conselheiro Adão Souza Júnior não havia tempo hábil para a inclusão dos
74 dados solicitados; que pode haver outros relatórios institucionais, trimestrais, semestrais
75 ou anuais, conforme sugerido, que são ótimas ferramentas para avaliação nos *campi*, que
76 as informações são dos *campi* o que não impede que os diretores-gerais tomem a
77 iniciativa de calcular os índices e elaborar os relatórios, que vão contribuir muito para a
78 gestão; que nos relatórios anteriores as tabelas existiam porque eram a base para os

79 cálculos dos indicadores. O conselheiro Adão Souza Júnior salientou que são duas
80 situações: a primeira, para o momento, seria ter recebido os dados adicionais para
81 possibilitar a aprovação do relatório; a segunda, que houvesse relatórios periódicos. O
82 presidente Antônio Brod considerou justa a manifestação do conselheiro, mas salientou
83 que para atendimento deve haver um comprometimento muito grande dos diretores-gerais
84 com o repasse dos dados à PROAP. A pró-reitora Denise Bonow disse que todos os
85 *campi* informaram adequadamente os dados brutos, inclusive pontuando algum curso
86 específico. O conselheiro Adão Souza Júnior ressaltou que o CODIR recebe esses dados
87 e o CONSUP não e que deveria recebê-los, já que é quem vai aprovar; que a gestão deve
88 preparar os dados para o CONSUP; que é preciso atender TCU e CONSUP; que mais
89 uma vez irão aprovar um Relatório de Gestão sem analisá-lo devidamente. A servidora
90 Ana Paula Silva disse que o relatório serve para que a instituição seja auditada com base
91 nos dados indicados pelo SETEC e que deve ser criado um relatório que atenda às
92 necessidades da gestão e do Conselho. O conselheiro Francisco Brongar questionou o que
93 aconteceria se o relatório não fosse aprovado. A pró-reitora informou que a instituição
94 seria apontada. O conselheiro Leonardo Soares reforçou que o condicionamento à
95 aprovação de documentos pelo Conselho com documentos recebidos em prazo exíguo ou
96 sem dados suficientes tem que acabar e ratificou as falas do conselheiro Adão Souza
97 Júnior. A conselheira Janete Otte pediu que fosse retirada, na página 41, a expressão
98 “nota máxima” e substituída por “nota”; sugeriu a elaboração de relatório semestral
99 detalhado para consulta e definições da gestão e disse que o que importa na aprovação do
100 Relatório de Gestão é que os dados sejam verdadeiros; O pró-reitor Manoel Porto Júnior
101 colocou-se à disposição dos conselheiros para o que se fizesse necessário e reforçou a
102 qualidade dos relatórios anteriores e que hoje o TCU foca apenas alguns pontos, que não
103 são os mesmos que os conselheiros precisam para formular as políticas da instituição;
104 concordou com a existência de dois relatórios com informações distintas para este ano. O
105 conselheiro Vitor Dias disse que aprovar o relatório implica concordar com algo que não
106 é real e concordou com as manifestações anteriores. O pró-reitor Marcos Betemps
107 explicou que todas as pró-reitorias fazem um relatório, depois compilado pela PROAP,
108 mas que, às vezes, também são reféns do que lhes é solicitado e concorda que deve haver
109 um relatório de gestão e um relatório da gestão; lembrou que não aprovar o relatório
110 significa dizer que os dados constantes dele não são verdadeiros. O conselheiro Adão
111 Souza Júnior disse que as informações não precisam ser falsas, mas pode haver
112 inconsistências. O presidente Antônio Brod disse que gostaria de ouvir a manifestação
113 dos demais conselheiros; que concorda com relatório detalhado, mas tem que achar um
114 meio de operacionalizar e contemplar a solicitação do Conselho; que não pode
115 condicionar a aprovação ao conhecimento detalhado de todas as informações; que é
116 impossível reunir cinquenta pessoas para compilar as informações; comprometeu-se com
117 a elaboração de um segundo relatório, contendo todas as informações; reforçou que a
118 SETEC quer apenas números, os demais elementos são para discussão interna. A
119 conselheira Daiani Dorow disse que se o governo precisa de um relatório com avaliação
120 quantitativa, o Relatório de Gestão é adequado, mas não serve para uma avaliação
121 qualitativa e para tal há necessidade de outro relatório; perguntou se é o único
122 instrumento de medição de qualidade da instituição para o governo e que, sendo, deve

123 também ser qualitativo; discorda de relatórios distintos. O presidente Antônio Brod
124 explicou que dois relatórios teriam finalidades distintas: uma técnica e uma política.
125 Explicou que em qualquer órgão ligado à educação, em Brasília, há telões onde são
126 informados todos os dados de toda a instituição. A conselheira Daiani Dorow perguntou
127 por que ela não tem esses dados. O presidente Antônio Brod disse que os dados são
128 públicos, bastando acessar o sistema para obter a informação desejada. A servidora Ana
129 Paula Silva disse que todos os representantes dos *campi* receberam os dados extraídos do
130 SISTEC e que, se concordaram, pressupõe-se que são essas informações que o Conselho
131 tem que aprovar. O conselheiro Vitor Manzke disse que na instituição em que trabalhava
132 havia dois relatórios: que num havia histórico que justificava os dados à instituição maior
133 e que no outro eram reunidos dados de todas as pró-reitorias e outros segmentos, que
134 deveria ser apresentado ao final do ano e disponibilizado a quem de interesse. O pró-
135 reitor Marcelo Bender concorda com a sugestão do conselheiro Adão Souza Júnior e
136 disse que talvez tenham que ser criados balizadores; que o governo dispõe de dados não
137 acessíveis ao Conselho porque dispõe de outro sistema de acesso; que está buscando um
138 programa extrator para buscar os dados; que o relatório de auditoria é uma peça
139 importante para que haja balizamento; que deve ser instituído relatório anual detalhado;
140 que os dados do Relatório de Gestão vêm da SETEC e não são passíveis de alteração; que
141 a não aprovação do relatório implica trancar recursos e comprometeu-se a contribuir com
142 a gestão na construção de relatório completo para a instituição. O conselheiro Alexandre
143 Nunes questionou como fica a situação dos evadidos. A servidora Ana Paula Silva disse
144 não haver indicador específico para tal, que existe indicadores para retidos em curso e
145 retidos finalizados. O conselheiro Alexandre Nunes sugeriu relatórios parciais para que
146 os conselheiros pudessem acompanhar o processo, para que tivessem subsídios quando da
147 aprovação do relatório de gestão. A servidora Ana Paula Silva disse que a SETEC só
148 informa os dados no dia 25 de janeiro seguinte ao ano civil. O conselheiro Marcelo
149 Cairuga disse que a função do Conselho é ver e avaliar o relatório atende à legislação, aos
150 dados solicitados pela SETEC e à metodologia de captação desses dados, se a instituição
151 está cumprindo a determinação da SETEC, e não aprovar a eficiência do relatório; que os
152 conselheiros podem pedir pauta para discutir os dados, mas não travar a reunião nesta
153 situação que é uma pauta simples e fechada. A pró-reitora Denise Bonow esclareceu que
154 a padronização feita pela SETEC aconteceu porque os institutos calculavam de forma
155 diferente os indicadores da relação docente/alunos e orçamentários; que os índices que
156 aumentaram no relatório do IFSul também aumentaram nos relatórios dos outros
157 institutos; que essa padronização permite que a SETEC faça uma análise real da situação
158 de todos os institutos; que o primeiro ofício da SETEC foi recebido em 15 de janeiro e os
159 últimos dados para a elaboração do relatório foram recebidos dia 19 de março; com
160 relação a relatórios parciais, não há possibilidade, pois os dados são anuais; em relação à
161 solicitação contida no e-mail do conselheiro Adão Souza Jr. não havia como atender, pois
162 o formato do relatório precisa atender à legislação e também não havia tempo hábil para
163 confeccionar as tabelas pedidas; que em nenhum momento foram solicitados os dados
164 brutos; sobre o não envio do Relatório de Gestão no prazo determinado disse acarretar
165 multa. O conselheiro Francisco Brongar disse precisar compreender as coisas, e os dados
166 vindos da SETEC devem ser colocados para conhecimento e compreensão do que a

167 gestão realizou no ano anterior e para poder interferir quando necessário; que para o
168 próximo ano deve ser providenciada alguma mudança nesse sentido. O conselheiro José
169 Nogueira lembrou da atualização feita em 2011 no Q-Acadêmico para o SISTEC, quando
170 foi informado que no ano seguinte a apropriação dos dados pela SETEC para o relatório
171 seria extraída do SISTEC; que o Relatório está de acordo com a legislação; que o *campus*
172 tem mensalmente informações referentes a alunos, embora não haja repasse para o
173 Conselho; que em relação a docentes isso não acontece; sugeriu que os diretores
174 repassem os dados para o Conselho ou que seja criada uma forma de acesso dos
175 conselheiros ao sistema. Após as discussões, o Relatório de Gestão foi submetido à
176 votação e aprovado, com a alteração proposta pela conselheira Janete Otte, com 23 (vinte
177 e três) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 9 (nove) abstenções. Foi feito intervalo
178 para almoço entre 12h 30min e 14h 10min. Quando o presidente Antônio Brod retomou o
179 assunto da manhã e salientou que, para o relatório proposto ter caráter institucional e não
180 ser sazonal, é necessário elencar alguns elementos e fazer o cruzamento e a combinação
181 de quando e como esses elementos serão disponibilizados; que não saberia identifica-los
182 por rubrica ou nomenclatura, mas entende que o relatório deverá conter todos os dados de
183 discentes, número de alunos e de docentes por curso, valor de investimento e devolução
184 de verba por *campi*, custeio mensal e orçamento anual dos *campi*, relatórios das pró-
185 reitorias com a sua participação no todo. O conselheiro Leonardo Soares disse que o
186 assunto poderá ser amadurecido numa próxima reunião. O presidente Antônio Brod
187 propôs que um grupo se reunisse com a PROAP e com ajuda dos outros pró-reitores
188 confeccionassem um modelo a ser apresentado na próxima reunião, para análise. A pró-
189 reitora Denise Bonow disse não saber se a compilação de dados seria atribuição da
190 PROAP, uma vez que os dados requeridos são muito mais acadêmicos do que
191 administrativos e que são de competência dos *campi*. O presidente Antônio Brod disse
192 que na próxima reunião do CODIR, fora da pauta, poderia ser discutido o que se quer,
193 quem vai fazer e como fazê-lo. O conselheiro Adão Souza Jr. disse que se pode pensar na
194 busca de informações de forma padronizada. A conselheira Daiani Dorow disse que a
195 reitoria deve ser responsável pela organização do documento. Dando continuidade, o pró-
196 reitor Mauro Cunha apresentou a **Verificação do Plano 2012**. Ressaltou que houve
197 mudanças de funções durante o período entre a confecção e apresentação do documento,
198 que muitos servidores não são os mesmos que constam do Relatório e por isso sugeriu
199 que seja acrescentada a expressão “no envio da documentação”, na relação de nomes das
200 pessoas que participaram. A proposta foi aceita. Na ação 2.8.11, o *campus* Pelotas, na
201 pessoa do professor Rafael Leitzke, pediu a retificação da justificativa “não houve ações”
202 por “realizado em parte - feito um convênio através do NIT com a empresa Lifemed”. O
203 conselheiro Adão Souza Jr. perguntou qual o procedimento feito para as metas já
204 concluídas. O pró-reitor adjunto Mauro Cunha esclareceu que uma vez estando no PDI, é
205 marcado com “X” até quando há intenção de realizar a ação, com revisão anual,
206 eliminando a marcação quando não há mais previsão de realização, mas segue porque
207 está considerada nos outros planos de ação que têm relação com aquele PDI. Não
208 havendo mais destaques, a verificação do Plano de Ação 2012 foi colocada em votação e
209 aprovada por unanimidade. O pró-reitor adjunto Mauro Cunha passou à apresentação do
210 **Plano de Ação 2013**, lembrando já ter feito a mesma retificação citada no item anterior

211 da pauta, em relação aos participantes da elaboração do documento. O conselheiro Vitor
212 Manzke disse ter encontrado vários pontos a serem comentados referentes ao *campus*
213 Pelotas – Visconde da Graça, mas que vai resumi-los numa única fala; que concorda com
214 a consolidação das licenciaturas, mas que discorda da implantação de curso de
215 Tecnologia em Vestuário e outros propostos, pois não há estrutura para tal. Foi discutido
216 o acréscimo da ação 4.17.1, especificamente relacionada ao curso Técnico de
217 Enfermagem, cuja criação foi aprovada por este Conselho em 2010, condicionado seu
218 funcionamento à construção de infraestrutura, aquisição de material e nomeação de
219 servidores. O assunto foi bastante discutido, pois há duas servidoras da área que já
220 realizaram o planejamento do referido curso e devem ter seu trabalho respeitado e, por
221 outro lado, há o reconhecimento de alguns conselheiros de que houve falha da instituição
222 por falta de um planejamento sério anterior à criação, e que esse planejamento de criação
223 de cursos deve ser válido para todos os cursos, independente da modalidade em que serão
224 ofertados. O pró-reitor adjunto Mauro Cunha salientou que não há ações previstas na
225 meta 5.18 e a conselheira Janete Otte explicou tê-las retirado do Plano, assim como
226 muitas outras. O conselheiro Vitor Manzke ratificou que não há condições de iniciar o
227 ano sem dotar os cursos existentes de estrutura adequada, nem de aumentar vagas para
228 cursos a distância; enfatizou a necessidade de discutir seriamente se o IFSul é instituição
229 de cursos a distância com alguns cursos presenciais ou se é instituição presencial com
230 cursos a distância; que há poucos professores para atendimento; referiu-se ao item 5.22,
231 pois quando o CaVG quis criar curso de Agroindústria a distância em Bagé, constou em
232 ata sua manifestação contrária porque lá existia curso presencial, que o mesmo ocorre
233 com a intenção do *campus* Pelotas em relação ao Curso de Ciências da Natureza e suas
234 Tecnologias, pois existem vários da área em Pelotas e, inclusive, no CaVG; que destinar
235 20 horas da carga horária dos cursos a distância em cursos presenciais é positivo, mas não
236 houve discussão no *campus* e que o corpo docente desconhece; salientou que todos os
237 pontos referentes ao CaVG fossem discutidos dentro do *campus*. A conselheira Janete
238 Otte disse que os pontos devem ser vistos um a um, pois em muitos não há ações
239 previstas para este ano. O conselheiro José Nogueira manifestou-se especificamente ao
240 curso do *campus* Pelotas, dizendo que quando assumiu já havia comissão estudando a
241 proposta, que em reunião do CODIR ficou identificada a existência de curso similar,
242 tendo sido retirada; que a mesma comissão propôs uma Licenciatura em Matemática,
243 também retirada e que agora outra comissão retorna com outra proposta para estudo de
244 implantação da licenciatura, não para a sua implantação; que a proposta não tramitou no
245 *campus*; O professor Rafael Leitzke disse apoiar o estudo da comissão, o que não
246 significa que o curso deva ser aprovado pelo CONSUP, já que o teor do projeto ainda não
247 é conhecido. O conselheiro José Nogueira salientou que a intenção era preparar
248 professores de ensino fundamental até 5ª série. O conselheiro Vitor Manzke replicou que
249 estes devem ser preparados por cursos de pedagogia e que o curso em discussão destina-
250 se a professores de 6ª a 8ª séries. O conselheiro José Nogueira disse que o estudo pode
251 continuar e que no seu decorrer a própria comissão pode concluir pela sua inadequação.
252 O professor Rafael Leitzke sugeriu a retirada do item 5.22.3, com a concordância do pró-
253 reitor Ricardo Costa, o que foi efetivado. O conselheiro Vitor Dias apresentou
254 questionamentos sobre várias metas do CaVG, surgidos de reunião realizada no *campus*;

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Vitor', 'Janete', 'José Nogueira', and 'Rafael Leitzke']

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page]

255 após esclarecimentos, foi informado de que os pontos deveriam ser discutidos
256 internamente, já que são da alçada da gestão do *campus*. O presidente Antônio Brod
257 lembrou que a alteração ou retirada de alguma meta pelos conselheiros poderia ir de
258 encontro ao que foi decidido quando da elaboração do Plano, possivelmente feita a partir
259 de discussões com o grupo. A conselheira Janete Otte disse que o Plano foi enviado num
260 momento conturbado do *campus*, e talvez por isso não tenha sido do conhecimento de
261 todos; que foi feito um refinamento para passar à nova gestão; que os conselheiros podem
262 exigir que num próximo momento sejam discutidas as metas para adequá-las à gestão;
263 que agora não é o momento para retirada de ações. O conselheiro Vitor Manzke espera
264 que a nova gestão discuta com o grupo todos os pormenores do Plano. O conselheiro José
265 Nogueira solicitou o acréscimo na meta 8.93.5 da reforma da coordenadoria da área de
266 Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (CINAT) e da reestruturação do
267 estacionamento de veículos e a exclusão da ação constante da meta 8.93.6. Em
268 decorrência dessa alteração, foram reenumerados os demais itens do Plano. O conselheiro
269 Vitor Dias mencionou o curso Técnico de Enfermagem, que já há duas professoras
270 contratadas e material adquirido. O conselheiro Vitor Manzke lembrou que o mesmo foi
271 aprovado pelo CONSUP, mas condicionado à existência de estrutura para implantação. O
272 pró-reitor Marcos Betemps leu o parágrafo da ata de 2011, em que consta as condições da
273 aprovação do referido curso. O conselheiro Adão Souza Jr. perguntou se houve mais
274 algum curso aprovado depois desse. O pró-reitor Marcos Betemps respondeu que
275 juntamente com ele foram aprovados dois cursos. O conselheiro Adão Souza Jr. disse que
276 não faz sentido o Conselho aprovar cursos sem estrutura, mas não pode desautorizar os
277 antigos conselheiros; que se há cursos pendentes de implantação, deveriam ser
278 informados. O conselheiro Leonardo Soares ratificou a posição do conselheiro Adão
279 Souza Jr, enfatizando que é preciso conhecer o tamanho dos *campi* anteriores à expansão,
280 que não é possível ficar aprovando cursos sem que os *campi* recebam vagas para fazê-los
281 funcionar, questionou a validade de o Instituto estar abrindo mais cursos, sem estudos
282 aprofundados; que é necessário conhecer as distorções que existem entre número de
283 professores, alunos e carga horária, para trabalhar seriamente, evitando esse tipo de
284 problema. Manifestou sua preocupação com abertura de novos cursos nos *campi* Pelotas e
285 CaVG. O conselheiro Vitor Manzke concordou com o colega e ressaltou a quantidade de
286 polos EaD do CaVG, inclusive pedindo para saber o número. A conselheira Janete Otte
287 disse que nenhum novo polo teve abertura autorizada. O conselheiro foi informado de
288 que são trinta os polos EaD. Não havendo mais destaques, o Plano de Ação 2013 foi
289 aprovado por unanimidade. O conselheiro José Nogueira explicou que os cursos que
290 foram abertos durante sua gestão deveram-se à necessidades específicas, pois a relação
291 professor/aluno estava em dez; que com a criação dos novos cursos e verticalização do
292 ensino não houve acréscimo de professores, apenas aumento da relação professor/aluno,
293 que agora está em dezoito. O conselheiro Mack Pedroso falou sobre o organograma do
294 *campus* Sapucaia do Sul, que o número de servidores é quase cinquenta por cento menor
295 do que o previsto para mil e duzentos alunos, sendo que o *campus* tem mais de mil e
296 quinhentos; que a sobrecarga está levando a abandono de cargos e a licenças para
297 tratamento de saúde; que os docentes, embora com alta carga horária ainda estão
298 conseguindo atender, mas em relação aos técnico-administrativos o problema é bastante

A

B

C

D

E

F

G

H

Vitor

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

U

V

W

X

299 grave, que o quadro de servidores nunca se completou, que alguns respondem por várias
300 funções; que as ações para 2013 causam receio, pois não sabe se terão condições de
301 cumprir; que tem receio que seja dado mais atendimento a EaD do que aos cursos
302 presenciais e pediu que o assunto seja retomado no CONSUP. O conselheiro Renato
303 Callegaro manifestou-se favorável à implantação do curso de Enfermagem no CaVG,
304 considerando a inexistência de curso similar em Pelotas e a demanda por tal curso. O
305 presidente Antônio Brod disse que, independente da nomeação do professor Marcelo
306 Bender, a partir do dia 02 estará empossando os novos diretores-gerais como efetivos;
307 que o Instituto deve ser discutido democrática e amplamente como um todo; que no
308 CONIF falou ao secretário Marco Antônio que nos últimos anos só foram discutidas as
309 demandas promovidas pela SETEC, para tratar de dinheiro, obra, indicadores, relação
310 professor/aluno, pactuação de metas, mas jamais o CONIF foi chamado por qualquer
311 instância do governo para discutir a política de ensino ou de educação; que tudo ficou
312 estagnado em função da expansão e da forma como ela está sendo implantada; que
313 questionou o papel dos institutos, que podem vir a perder sua identidade; que o governo
314 dá aos institutos inúmeras atribuições sem a devida compensação em pessoal; informou
315 que o instituto de tecnologia e inovação não virá mais para o estado. Disse que o
316 secretário concordou com várias questões e que, a partir do mês de maio deve sair a
317 primeira portaria de cargos e funções, e que a distribuição ocorrerá nos anos de 2013 e
318 2014; que acabou a expansão em termos de pessoal e funções; que quando as vagas e
319 funções forem distribuídas será de fundamental importância uma discussão muito séria
320 dentro da Instituição, para definir de forma muito profissional os passos que a Instituição
321 poderá dar. O presidente salientou que deve ser analisada a necessidade de cursos
322 continuarem a ser ofertados, em função de mercado e competitividade, que os cursos
323 integrados devem ser estudados, que não são feitas pesquisas de egressos, que as FCCs
324 serão dez por cento do número de docentes, que nenhum *campus* poderá ser maior do que
325 o que pode, nem menor, por isso a importância da discussão. Informou que a partir da
326 próxima semana, os diretores-gerais devem repassar dados de *campus* elencando as
327 prioridades para os quatro anos. Finalizou agradecendo pelo apoio durante a gestão,
328 comprometendo-se a apoiar o novo reitor e a estar à disposição dos colegas que
329 desejarem. O conselheiro Vitor Manzke agradeceu pelo esforço do reitor durante sua
330 gestão. O presidente voltou a falar que deve ser analisada a rotatividade das reuniões do
331 Conselho e o conselheiro Leonardo Soares sugeriu que haja duas reuniões fora e uma em
332 Pelotas. Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou às dezesseis horas e trinta
333 minutos e eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei a presente ata, que depois de
334 aprovada, será assinada pelos presentes.

Antônio Brod

Diogo R. Guedes

Vitor

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

CONSELHO SUPERIOR

ATA N.º 02/2013

Folha para assinaturas

Alcides Raposo

Stávia da Silva

6/8

Jesus

Heckthaver

Dr. R. Lyubys

Simão

Francis Dina Simões

[Signature]

Dr. Fuchs Souza

Jóia Roberta Sehn

Janine

Francisco Carlos Branger

Vitor Gonçalves Dias

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Fres Lem

[Signature]